



I Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas

L U S O C O N F

2018

LIVRO DE RESUMOS

Editores:

Carla Araújo
Carlos Teixeira
Cecília Falcão
Lídia Machado dos Santos
Paula Odete Fernandes
Vitor Gonçalves

Instituto Politécnico de Bragança
novembro de 2018

Ficha Técnica

Título

LUSOCONF2018

I Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas: livro de resumos

Editores

Carla Araújo

Carlos Teixeira

Cecília Falcão

Lídia Machado dos Santos

Paula Odete Fernandes

Vitor Gonçalves

Capa

António Meireles e Vitor Gonçalves

Edição

Instituto Politécnico de Bragança

Campus de Santa Apolónia

5300-253 Bragança

Portugal

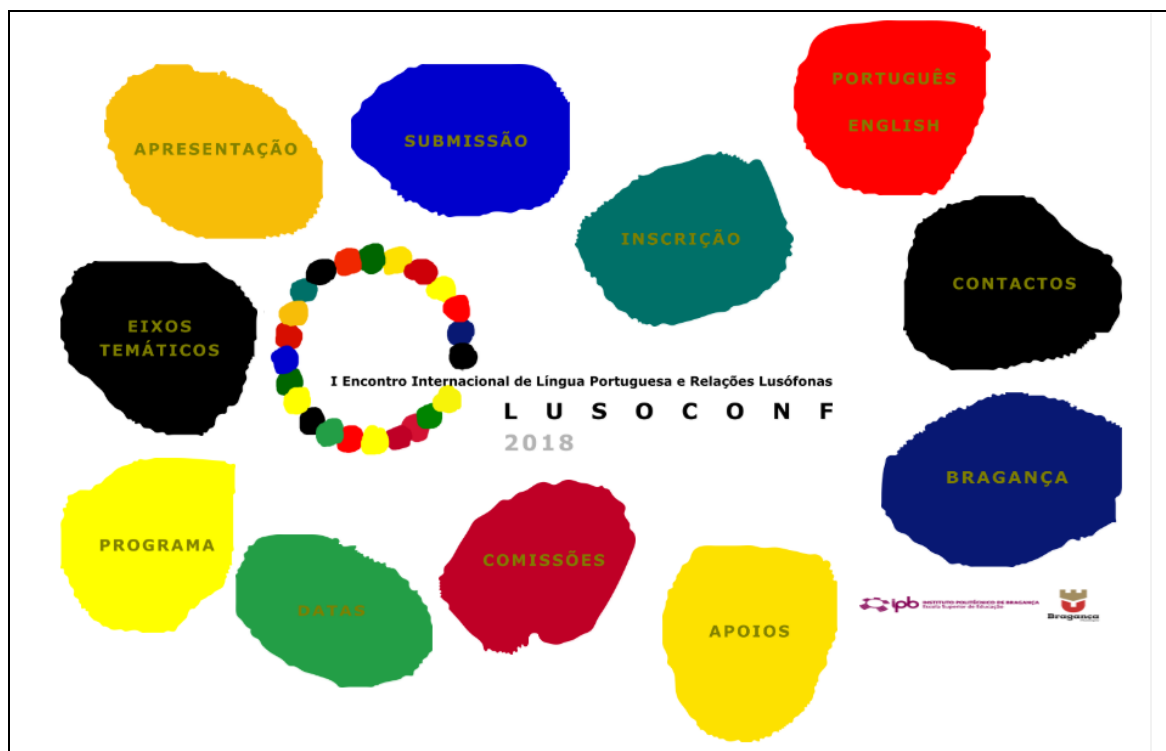
Data de edição: novembro de 2018

ISBN: 978-972-745-249-1

Handle: <http://hdl.handle.net/10198/16632>

URL: www.lusoconf.ipb.pt

Email: lusoconf@ipb.pt



Mecanismos de participação cívica em Portugal: o caso dos referendos locais

Rui Magalhães¹, Miguel Ângelo V. Rodrigues², Cláudia S. Costa¹
ruimagalhaes96@gmail.com, miguelangelo@eeg.uminho.pt, claudia@ipb.pt

¹*Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal*

²*Centro de Investigação em Ciência Política (CICP), Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Portugal*

Resumo

O presente trabalho de investigação é balizado pela seguinte pergunta de investigação: quais os fatores que explicam ou motivam a apresentação de propostas de referendos locais em Portugal? É nosso objetivo verificar a influência da teoria da escolha pública e dos custos de transação políticos no comportamento dos políticos locais relativamente ao uso de mecanismos de participação cívica, em particular, os referendos locais. Será que a sua escassa utilização está relacionada com critérios de racionalidade política ou de oportunismo político? Não terão os eleitos locais receio das consequências políticas no caso de aprovação (ou não), sobretudo se a votação for no sentido oposto ao que defendem? Podem os resultados colocar em causa a sua reeleição? Mediante as hipóteses de investigação, consideramos adequado seguir uma estratégia dedutiva e realizar um estudo com um design não experimental, mais concretamente, um estudo em painel, congregando a análise espacial com a análise temporal. Os dados quantitativos foram recolhidos junto da Comissão Nacional de Eleições e do INE, I.P. e foram analisados os acórdãos do Tribunal Constitucional através da consulta ao seu portal. Os principais resultados sugerem que a apresentação de propostas de referendos locais não se deve nem à cultura política nem aos custos de transação políticos. A apresentação de propostas de realização de referendos locais não apresentou correlação positiva com a população e com o rendimento das famílias nem com a competição política nem com os custos de transação políticos. Os resultados parecem sugerir uma outra linha de investigação, a qual defende que o decisor político pode ser tentado a devolver a responsabilidade da decisão política para o cidadão através do recurso ao referendo local por uma questão de oportunismo político e com o claro intuito de não correr riscos políticos desnecessários, procurando depois posicionar-se para continuar a retirar dividendos políticos.

Palavras-Chave: referendo local, democracia direta, participação, cidadania, défice democrático.